

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Contas eleitorais

Nos bastidores do Congresso, tem muito deputado pedindo agilidade para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) até o fim de novembro — já prevenindo ao menos duas sessões do Congresso para aprovação e derrubada de vetos presidenciais. E a razão é o empenho das emendas em ano eleitoral. As excelências estão com medo de começarem 2026 com 1/12 avos do orçamento do ano que vem, o que prejudicaria a liberação dos recursos e agrado aos prefeitos antes das campanhas eleitorais. As emendas só podem ser pagas até junho por causa do “defeso eleitoral”.

Um recorde, mas...

Se conseguirem cumprir essa vontade, será inédito. Geralmente, deputados e senadores aprovam tudo às vésperas do Natal. Isso quando não deixam para o ano seguinte. Até aqui, o relatório da LDO de 2026, que deveria ser votada até julho, nem sequer foi apresentado.

Novela da MP

O governo está tendo dificuldade em fechar um acordo para aprovar a medida provisória (MP) que aumenta a tributação de bets, fintechs e afins. O que está impedindo um consenso entre os partidos é a tributação da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). A bancada do agro quer manter a isenção, mas o governo sugeriu 7,5% de tributo, para conseguir, ao menos, 5%. Nos bastidores, os deputados comentam que, se o governo abrir mão do papel, o relatório será aprovado na terça-feira que vem. O maior problema é o risco de a MP caducar, uma vez que o texto tem validade prevista até 8 de outubro.

Azedou de vez

Os deputados — leia-se o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e alguns líderes partidários — ficaram irados com o fato de os senadores enterrarem a PEC da Blindagem com discursos ofensivos, do tipo os “colegas da Câmara” têm medo de investigação, “estão com o bicho na reta” — e por aí vai. A unanimidade deixou a certeza de que os senadores consideraram que “houve excessos” por parte da Câmara. A Casa comandada por Motta vai aguardar a hora para revidar o que considerou ofensas.

Ciumeira no PL

O almoço do governador Ibaneis Rocha (MDB) com o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, causou alvoroço. Alberto Fraga (PL-DF) foi à tribuna dizer que quando Valdemar quisesse tratar de assuntos de Brasília, procurasse a bancada. Valdemar foi a Ibaneis pedir apoio ao encontro das Apaes. Obviamente, a conversa foi além e tratou da chapa para 2026.

Esquerda, volver

Os partidos de centro estão para lá de desconfiados de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se reeleito, dará uma guinada à esquerda. O que reforçou essa desconfiança foi o discurso que fez no encontro em defesa da democracia, nas Nações Unidas, ontem, com referências à necessidade de a esquerda corrigir seus erros e se reaproximar da população. Integrantes desses partidos, que têm voz e poder perante as agremiações, somam a isso a intenção de colocar o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) no núcleo de ministros palacianos. Por isso, um pedaço expressivo do MDB e as demais legendas de centro não pretendem seguir com Lula numa campanha reeleitoral. Desde já, muitos afirmam que, se o presidente quiser apoios, terá que abrir espaço no núcleo de poder.

Desconfiança impera/ A avaliação geral é de que, se em 2022, quando venceu por pouco, Lula restringiu os ministérios do núcleo central de governo ao PT, numa reeleição essa restrição será reforçada. Até agora, o presidente não disse o que fará. Mas está cada vez à vontade com o mando de campo. E certo de que os ventos estão mudando a seu favor.



Michelle, curinga do PL

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é, hoje, forte candidata ao Senado no DF, mas ninguém descarta que ela possa assumir uma vaga de vice, numa chapa à Presidência da República encabeçada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Se a construção for por aí, a candidata ao Senado será a deputada Bia Kicis (PL-DF).

CURTIDAS

Torcida/ Dia desses, um deputado bolsionista-raiz chegou à sede do PL e, numa roda de conversa, comentou: “Estou torcendo para Bolsonaro ir para a Papuda.” Quando os colegas o repreenderam, ele foi logo se explicando: “Gente, se isso acontecer, ele vai para 55%, 60%. Elege até um poste”.

Revolta não passou/ Bastou Hugo Motta anunciar que havia colocado a medida provisória do programa Agora Tem Especialistas em pauta para a turma ligada às redes sociais cair em cima. O comentário mais suave dizia: “Agora você lembra do povo, né?”. Não faltaram impropérios com referências à PEC da Blindagem.

Esqueceu o idioma/ No seu depoimento na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, a deputada Carla Zambelli (PL-SP) disse que mal se lembrava de como falar português por estar há meses se comunicando em italiano.

Foco na bioeconomia/ O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDB) será discutido hoje, em audiência pública na Câmara, presidida pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A proposta está recebendo sugestões por meio de consulta pública até o início de outubro. De acordo com a Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), o PNDP pode injetar US\$ 592,6 bilhões no PIB até 2050 e reduzir as emissões nacionais de gases de efeito estufa em 65%.

TRAMA GOLPISTA

A vez do "núcleo da desinformação"

STF marca para 14 de outubro início do julgamento dos réus que coordenavam a disseminação de mentiras sobre o processo eleitoral

» LUANA PATRIOLINO

O presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, ministro Cristiano Zanin, marcou para 14, 15, 21 e 22 de outubro o julgamento dos sete réus integrantes do núcleo 4 da tentativa de golpe de Estado. Segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), o grupo atuava para disseminar informações falsas sobre as urnas eletrônicas nas redes sociais, como parte da estratégia para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder.

Os réus são Ailton Gonçalves Moraes Barros (major da reserva do Exército), Ângelo Martins Denicoli (major da reserva do Exército), Giancarlo Gomes Rodrigues (subtenente do Exército), Guilherme Marques de Almeida (tenente-coronel do Exército), Reginaldo Vieira de Abreu (coronel do Exército), Marcelo Araújo Bormeivet (policial federal) e Carlos Cesar Moretzsohn Rocha (presidente do Instituto Voto Legal). O julgamento foi marcado após o encerramento da instrução processual, do cumprimento de todas as diligências complementares e da apresentação das alegações finais pela PGR e de todos os réus. O relator da ação penal, ministro Alexandre de Moraes, solicitou ao presidente da Primeira Turma o agendamento das sessões.

Esses sete respondem por crimes como tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, destacou que o grupo da desinformação monitorou e realizou “ataques virtuais” para um “plano maior de ruptura com a ordem democrática”.

Ainda segundo a PGR, os sete integrantes do núcleo agiram de

maneira coordenada com o “núcleo crucial” da organização criminosa — chefiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e integrado por oficiais generais, todos condenados em 11 de setembro. O objetivo era produzir e espalhar informações mentirosas para enfraquecer as instituições democráticas diante da população.

O “núcleo de desinformação” é acusado de produção de notícias falsas sobre o sistema eleitoral, ataque virtual às autoridades e de motivarem a presença de apoiadores de Bolsonaro nos atos golpistas, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Também é citado o suposto uso da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a prática de crimes, pois alguns réus que integram esse grupo estavam lotados no órgão à época.

Os núcleos 2 e 3 ainda não tiveram os julgamentos marcados, pois cumprem etapas obrigatórias, como depoimentos de testemunhas e interrogatórios dos acusados.

Ontem, o STF publicou a ata do julgamento que condenou o “núcleo crucial”. Isso permite a abertura do prazo de 20 dias para os ministros da Primeira Turma revisar e publicarem seus votos por escrito. Em seguida, o acórdão do julgamento — que oficializa a sentença — é publicado em até 60 dias.

Depois dessa publicação, as defesas dos réus terão cinco dias para apresentar os chamados embargos de declaração — recurso que deve esclarecer omissões e contradições no texto final das sessões. A expectativa é de que os recursos possam ser julgados pelo colegiado entre novembro e dezembro.

Mesmo com o julgamento, os advogados podem apresentar recursos, que precisam ser analisados pelo STF antes do cumprimento das penas. Representa que a prisão não é imediata, pois a pena só passa a valer quando o processo estiver concluído e não houver mais possibilidade de recurso.

Preso na Itália, Zambelli diz ter lapsos ao falar português



Em depoimento virtual aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, a deputada Carla Zambelli (PL-SP) disse, ontem, que enfrenta dificuldades até para se expressar em português. “Estou muito tempo sem falar português porque não tenho ninguém aqui para falar e tem termos que não lembro. Mas tenho certeza que meus colegas vão saber me defender”, disse. Presa na Penitenciária de Rebibbia, em Roma, ela voltou a negar que tenha ordenado a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça pelo hacker Walter Delgatti para a inserção de um falso mandato de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Dosimetria empaca e IR não avança

» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI

Para quem acreditava que apresentaria, ontem, um projeto alternativo e capaz de conciliar posições contrárias e favoráveis à anistia dos golpistas que atentaram contra o Estado Democrático de Direito, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) se deu conta de que está diante de uma missão quase impossível. Ele se reuniu com a bancada do PT e, em seguida, com a do PSDB, e escutou opiniões opostas sobre a possibilidade de abonar ou de reduzir as penas dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele esteve, ainda, com a federação PP-União Brasil e com o Podemos e

reuniu-se, à noite, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na residência oficial.

“OPT está unânime contra a anistia e contra a revisão de penas, em especial para (o ex-presidente Jair) Bolsonaro e os militares que participaram da trama golpista. Colocar esse tema na pauta, agora, pode tumultuar a votação do Imposto de Renda, que está marcada para a próxima semana e é prioridade para o brasileiro”, afirmou o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), referindo-se ao projeto que prevê a isenção do tributo para os salários até R\$ 5 mil.

Segundo Lindbergh, a proposta de dosimetria defendida por Paulinho beneficia diretamente Bolsonaro e, portanto, é inconcebível. “Golpe

de Estado cairia para dois a seis anos, menos que um roubo de celular. É uma interferência brutal do Legislativo”, criticou.

Na sequência, o relator reuniu-se com o PSDB. O presidente da legenda, Aécio Neves (MG), reforçou a aposta na dosimetria como saída para o impasse. “O fato de a extrema-direita e a extrema-esquerda se colocarem contra, mostra a virtude do texto. Ele não está sendo feito para agradar o bolsionismo, nem o presidente Lula”, afirmou Aécio, defendendo que a unidade do Centrão garantirá a aprovação do projeto.

Paulinho, por sua vez, garantiu que não há risco de inconstitucionalidade para a matéria e que o STF não sinalizou objeções em rever o

tempo das penas dos golpistas. “Inconstitucional foi a anistia. Até agora, não recebi nenhum ruído do Supremo. Pelo contrário: vi entrevista do presidente do tribunal (ministro Luís Roberto Barroso) defendendo a dosimetria. O que apresentamos é o caminho do equilíbrio”, explicou.

Da mesma forma como o PT não aceita anistia, nem mexer com as penas dos golpistas, o PL tem posição fechada contra a proposta que Paulinho tenta costurar. Defende a “descondenação” de todos os implicados na trama golpista.

Paulinho, porém, crê que apresente o relatório na segunda-feira e o aprecia na terça. Mas Lindbergh pressiona Motta a priorizar a votação do IR na próxima semana.